

**AS POLÍTICAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE SALVADOR NA
GESTÃO LÍDICE DA MATA (1993 A 1996)
VERSÃO PRELIMINAR¹**

Ana Paula Carvalho da Silva

Débora Menezes Alcântara

Panorama Político

Para uma análise a respeito das políticas culturais empreendidas na Gestão Lídice da Mata, foi necessária uma contextualização das condições de governabilidade, das finanças da Prefeitura, das relações entre as esferas de poder municipal, estadual e nacional, além das relações do poder executivo municipal com a câmara de vereadores. As características do campo político vigente na época em que Lídice governou Salvador foram de grande influência para a reformulação da agenda desejada em uma agenda possível de ser concretizada.

É possível perceber no curso da história o quanto determinadas elites regionais foram eficientes em conservar sua hegemonia nos sucessivos panoramas políticos do País. O carlismo, fenômeno caracterizado pelo agrupamento de atores políticos em torno da figura de Antônio Carlos Magalhães, é um dos exemplos disto, quando retornou de seu desprestígio pela queda da Ditadura Militar, desenvolvendo uma “performance de fênix” (Dantas Neto, 1997, p. 77) e possibilitando uma restauração conservadora no paradigma oficialmente democrático. A partir disto, as trajetórias eleitorais em Salvador têm sido marcadas pela oscilação do apoio do eleitorado às candidaturas vinculadas ao carlismo e ao anticarlismo.

¹ Artigo desenvolvido no Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura, da Faculdade de Comunicação da UFBA, orientado por Antônio Albino Canelas Rubim. Maio de 2005.



Com a redemocratização do Brasil, as três primeiras eleições na capital baiana foram marcadas pela derrota do grupo de ACM, que até então ocupava os principais postos do poder público municipal e estadual através da indicação dos militares. A primeira eleição em regime democrático foi a de Mário Kertész (PMDB), em 1985; em seguida, a de Fernando José (PMDB), em 1988 e, por último, a de Lídice da Mata, candidata do PSDB em 1992. Além destas gestões na esfera municipal, a vitória de Waldir Pires (PMDB) para o Governo do Estado em 1986 ficou marcada como uma das mais relevantes derrotas carlistas. No entanto, as disputas e vitórias anticarlistas concretizadas não conseguiram transcender a hegemonia dos setores conservadores vinculadas à Antônio Carlos Magalhães. O contexto político em que o governo soteropolitano viveu entre 1993 a 1996, pode ser caracterizado como o encerramento do ciclo de vitórias do campo anticarlista nas eleições municipais de Salvador pós-redemocratização, até as eleições de 2004.

Para Rubim (Op cit., p. 4), “aparentemente o poder de ACM e do carlismo se esvaía juntamente com o poder que havia possibilitado seu surgimento, desenvolvimento e consolidação: a ditadura militar”. Ao contrário disto, o retorno de ACM ao governo do Estado em 1990 e a vitória do candidato carlista Antônio Imbassahy para a prefeitura de Salvador na eleição de 1996 vão demonstrar como o carlismo soube adequar sua atuação ao novo contexto do campo político, baseado numa intensa mediação das disputas eleitorais. Além da vantagem proporcionada pelo domínio do principal complexo de comunicação do Estado, a Rede Bahia², pertencente à família Magalhães, o carlismo conseguiu firmar alianças com setores do empresariado urbano (responsáveis pelo financiamento de suas campanhas) e se aproveitar da incapacidade da esquerda e das forças anticarlistas de concretizar um projeto contra-hegemônico. Estas circunstâncias são os marcos das dificuldades da gestão de Lídice da Mata na Prefeitura de Salvador.

² Complexo de comunicação da família Magalhães que compreendia, na época, um jornal impresso e concessões de rádio e TV, sendo, inclusive, retransmissora da Rede Globo no Estado.



Rubim (2000, p. 7), se referindo às gestões de Fernando José e Mário Kertész, chama atenção para “o caráter conservador do anticarlismo que chegou ao poder estadual e municipal”, cujo compromisso ou capital político estiveram vinculados ou submetidos a oligarquias políticas regionais e aos emergentes setores empresariais. No entanto, a gestão de Lídice, apesar de ter sido a mais progressista dentre as gestões anticarlistas, cuja candidatura foi vinculada inicialmente aos setores de esquerda, não conseguiu realizar um projeto objetivo de inversão da estrutura de dominação econômica local, sendo marcada pela predominância dos setores de centro.

Eleição de Lídice

A candidatura de Lídice da Mata para a eleição municipal de 1992 surge a partir de uma coligação de nove partidos, chamada “Frente Salvador Amor e Luta”, composta pelo PSDB, PV, PDT, PPS, PSB, PC do B, PMN, PT e, posteriormente, PMDB. Fundamentalmente, como observa Blumm (1999, p. 65), o agrupamento destes partidos se constitui com o intuito de evitar que o poder do governador ACM atingisse a capital do estado, pois setores anticarlistas apostavam na autonomização política da capital baiana em relação ao poder estadual como forma de romper com a hegemonia do carlismo, sendo esta uma das principais orientações políticas do projeto de Lídice na Prefeitura. Outro fato que contribuiu para que Lídice tivesse capital político acumulado e fizesse com que os setores de esquerda apoiassem sua candidatura, foi a alternativa ao carlismo configurada nas eleições de 1989, com a aliança entre o PC do B, representado por Lídice para o Governo do Estado; PSB, representado por Salete Silva como candidata a vice-governadora, e PCB, representado por Bete Wagner para o Senado. Esta chapa ficou conhecida como “Três Marias”, conseguindo conformar uma alternativa anticarlista, chamando atenção de setores de esquerda que vislumbravam uma aliança muito mais por conveniência do que por proximidade político-ideológica.



O decorrer do governo de Lídice se caracteriza por um progressivo afastamento entre a Prefeitura e a própria esquerda (Rubim, 2000, p. 7), promovendo a concentração do governo em seu gabinete e na Secretaria de Comunicação, cujo gestor foi Domingos Leonelli. A própria Lídice da Mata declara as limitações estratégicas da coligação:

O nosso governo surge como uma Frente de nove partidos que, na verdade, se constitui em frente para a eleição, mas que nunca teve um programa de Frente, nunca teve um projeto político de Frente a oferecer, até porque não existia enquanto Frente estruturada, atuando na vida política da cidade, organizando-se enquanto Frente apenas para se apresentar para as eleições. (MATA, Lídice da. In. LESBAUPIN, Ivo. 1996, p. 169).

De certo, no plano nacional, havia um clima político potencialmente favorável à vitória da Frente Salvador Amor e Luta. O processo de *impeachment* do então presidente Collor de Mello provocou um intenso fervor por parte das forças sociais pela moralização das instituições públicas e da máquina de governo. Um dos discursos encampados pela candidatura de Lídice foi justamente a promoção da “limpeza” e moralização do poder público municipal, em contrapartida à vinculação de ACM e seu candidato, Manoel Castro, com o esquema de corrupção do ex-presidente (Blumm, 1999: 65), dado o explícito apoio de ACM a Collor. Aliado a isto, Lídice assumia como plano local acabar com as graves desigualdades sociais sofridas pela população de Salvador, resolver os problemas do funcionalismo e do serviço públicos, inclusive a coleta de lixo e o transporte coletivo. A moralização, o compromisso social e a autonomização do poder municipal como temas norteadores de uma agenda desejada ficam evidentes no discurso de posse em primeiro de janeiro:

As elites que governaram este Estado e esta cidade nos últimos trinta anos, revezando-se no poder, organizaram seus interesses econômicos aninhados no seio da própria administração pública num indecoroso conluio contra a cidade. O seqüestro da receita pública da Prefeitura em nome do pagamento de obras discutíveis é apenas um aspecto dessa imensa armação que ao longo de décadas foi estruturada para extrair da cidade a riqueza que seu povo produz, o resultado suado do trabalho de cada



cidadão em forma de imposto. (...) Queremos governar Salvador em paz e em harmonia com os poderes constituídos. (...) A harmonia inclui a responsabilidade de todos com a capital do Estado e sua autonomia. (MATA, Lídice da. Discurso de posse, janeiro de 1993. In.: Diário Oficial do Município, 01/01/1993).

Com essas mesmas premissas na candidatura, Lídice vence as eleições, impondo uma derrota ao grupo carlista, que até então não havia chegado ao governo municipal através do voto direto. No entanto, a conjuntura que aparentemente se mostrava favorável, logo se foi desvelando. Dois anos depois, os resultados eleitorais para o governo do Estado deram continuidade ao carlismo no poder estadual, com a vitória de Paulo Souto.

A hegemonia da informação a serviço de ACM, proporcionada através da Rede Bahia, cuja política editorial se mostrava explicitamente adversária às ações da prefeitura; juntamente com a incapacidade do Governo Lídice em manter a consistência da frente que a elegeu e conformar um projeto político-administrativo objetivo e contra-hegemônico para a cidade fizeram com que a prefeita chegasse ao final de sua gestão sem que tivesse acumulado capital político, demasiadamente desgastada e afastada da própria esquerda. Essa conjuntura criou descontentamento e desaprovação popular, abrindo caminho para a vitória do candidato carlista Antônio Imbassahy em 1996, e sua conseqüente reeleição em 2000.

Além disso, durante sua gestão, a composição da Câmara Municipal era desfavorável à sua governabilidade. De acordo com Blumm (1999, p. 68), os resultados eleitorais, expressos na tabela a seguir, mostram que “dos trinta e cinco vereadores eleitos, somente quatorze (34%) pertenciam aos partidos que faziam parte da coligação que apoiava Lídice, e destes, apenas três (8,6%) pertenciam ao seu partido, o PSDB, únicos com os quais ela contou com o apoio até o final do mandato”.

Salvador: Câmara Legislativa – Eleições 1992 Vereadores eleitos por partido



PARTIDOS	Nº DE VEREADORES ELEITOS	%
PDT*	4	11,4
PT*	3	8,6
PSDB*	3	8,6
PC do B*	1	2,8
PMN*	1	2,8
PMDB*	2	5,7
PFL	4	11,4
PTB	3	8,6
PSC	3	8,6
PL	3	8,6
PRN	2	5,7
PTR	1	2,8
PDC	5	14,4
TOTAL	35	100,0

Fonte: Blumm, 1999. In.: Poder Judiciário/ Tribunal Regional Eleitoral – BA
*** Partidos integrantes da Frente Salvador Amor e Luta**
Secretaria de Informática /Coordenadoria de Cadastro Eleitoral (1998).

Na Câmara Municipal, o núcleo básico de apoio ao governo formado pelo PT, PC do B e PDT passou a assumir uma posição mais independente, criando obstáculos nas negociações. A configuração desta conjuntura expressava as contradições e a fragilidade da coligação, que se constituiu como estratégia de combate à hegemonia carlista, mas não conseguiu se sustentar devido às diferenças de método e de projeto político, explicitadas durante a gestão. Com a aproximação das eleições municipais de 1996, houve uma reconfiguração do campo de disputa eleitoral. Os setores da esquerda tentavam marcar posição diante dos setores anticarlistas de centro. Enquanto isto ocorria, a gestão se inviabilizava devido às dificuldades financeiras do município e ao próprio isolamento político que concentrava o poder em torno da prefeita e do gabinete do secretário de



Comunicação Domingos Leonelli. A esquerda não conseguiu construir um projeto para a cidade que permitisse uma participação aberta da população.

Com uma composição praticamente adversária à gestão de Lídice, os projetos de interesse do executivo eram dificultados pelo legislativo e os vetos da prefeita rejeitados, a exemplo da revogação da taxa do lixo, uma das dificuldades acumuladas referentes à receita e à arrecadação do município. Em 1995, por exemplo, a Câmara revoga a Lei 4.277/90, extinguindo a taxa de lixo. Lídice veta a deliberação da Câmara. Ainda assim, o mesmo legislativo rejeita o veto da prefeita e a impede de cobrar a referida taxa. No entanto, em apenas dez dias, esta mesma taxa foi recriada e aprovada na gestão posterior, a de Imbassahy (Blumm, 1999, p. 69).

Com a máquina da Prefeitura abalada pelo endividamento financeiro, contraído nas gestões anteriores, marcadamente de 1985 a 1992 (Lima, 1999, p. 58), o governo de Lídice tem como decorrência graves dificuldades de administrar o município. Esta situação é ainda mais agravada pelo isolamento do executivo municipal ocasionado pelo centralismo do gabinete da Prefeitura e pela oposição do Governo do Estado (sob o poder do carlismo desde 1990), que ignorava as dificuldades financeiras e político-administrativas sofridas pela administração da capital. “O governo estadual limitou-se a transferir o que era obrigatório por lei, ou seja, as transferências constitucionais” (Blumm, 1999, p. 72).

Além do endividamento e das dificuldades empreendidas pelo legislativo na esfera municipal, o contexto nacional veio intensificar ainda mais o isolamento da gestão de Lídice da Mata. Com a implementação do Plano Real, o Governo Federal fiscalizou e restringiu as receitas municipais, marcadamente as da capital baiana. Esta conjuntura expressa as relações conflituosas entre Lídice e a base governista de seu partido. Um dos fatores para o isolamento financeiro de Salvador é atribuído por Lídice à aliança entre o PSDB, em nível nacional, e o PFL, em nível estadual:



Em 1994, não recebemos um tostão do Governo Federal nem do Governo do Estado. Temos um Governo do Estado competindo com o Governo do Município, fazendo obras permanentemente no município, estabelecendo uma política de governo paralelo. (Lídice da Mata. In.: LESBAUPIN, Ivo. 1996, p. 169).

A postura de oposição ao governo do presidente Collor de Mello, a aliança nacional entre o PFL e o PSDB que elegeu Fernando Henrique Cardoso presidente da República, e ainda a pouca participação das forças anticarlistas do Estado na Câmara Federal, conformaram um quadro de dificuldade de relação entre Lídice e o Governo Federal. O fato de a prefeita ser do mesmo partido do presidente FHC não se reverteu em vantagem para ela, visto que o núcleo paulista do PSDB, que tinha a hegemonia sobre a máquina federal, priorizava a aliança com o carlismo, a qual era fundamental para a consolidação da base de sustentação do governo no Congresso Nacional. Por outro lado, para assegurar um projeto local de resistência e alternativa à instância administrativa estadual, partindo da avaliação que de seria impossível para o grupo anticarlista sustentar localmente uma coligação com o PFL na eleição presidencial de 1994, Lídice consolidou a ruptura com sua base nacional quando o PSDB baiano apoiou Luís Inácio Lula da Silva, o candidato à presidência pelo PT, e não Fernando Henrique, candidato do PSDB. Partilhando desta percepção, Vasconcelos (1999) caracteriza a gestão de Lídice como um “governo marcado por um cerco político e financeiro, estando o carlismo num processo de franca ascensão, inclusive no plano nacional, isolando o governo municipal das possibilidades de obter apoio material da União”.

O estrangulamento financeiro se agravou ainda mais devido ao chamado “sequestro da receita municipal”. Referente a isto, Lima (1999: 59) explica que “administrações anteriores firmaram contratos com fornecedores e empreiteiras sem disponibilidade de caixa na devida época, a serem pagos a médio prazo, à medida que houvesse recursos no cofre do tesouro”. Desta forma, as transferências de recursos por parte da União eram



“automaticamente ‘seqüestradas’ da conta da Prefeitura pelas empresas credoras, através de mandado judiciário”.

O contexto adverso que se costurava na gestão de Lídice e a limitação institucional da Prefeitura em mobilizar recursos, acabaram por restringir a realização de políticas públicas.

A Política Cultural na Esfera Nacional

A diminuição do poder de regulação do Estado sobre os setores básicos da sociedade, como educação, saúde e cultura, acentuou-se a partir da década 1990. Os investimentos do Governo Federal na área de cultura durante a gestão de Fernando Collor (1990-1992) tiveram um decréscimo de R\$ 131 milhões para R\$ 108 milhões (FJP, 1998). Nesta mesma gestão, o Ministério da Cultura foi extinto e em seu lugar foi criada a Secretaria da Cultura, vinculada diretamente à Presidência da República, sob direção de Ipojuca Pontes. Juntamente com o Ministério, foram extintos também vários órgãos vinculados a ele, como fundos financeiros, institutos e fundações. Este fato aponta a política do Governo Collor em desobrigar o Estado com a cultura.

Após o *impeachment* de Collor, em 1992, e a assunção de Itamar Franco, o Ministério da Cultura é reconstruído sob a direção de Antônio Houaiss, com novas entidades e outras reconstituídas. No Governo Itamar, os gastos com cultura voltam a crescer. Os investimentos nesta gestão começam com R\$ 222 milhões e chegam, em 1995, a R\$ 245 milhões. Apesar de 1995 ser o primeiro ano de gestão de FHC, as metas orçamentárias da gestão anterior ainda são cumpridas no ano conseqüente.

Ainda em 1991, o secretário da Cultura, Sérgio Paulo Rouanet, cria a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), promulgada em 23 de dezembro do mesmo ano, a qual institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura. Em 1993, é promulgada a Lei do



Audiovisual (Lei nº 8.685/93). Tendo como exemplo a Lei Sarney, de 1986, estas leis visam estimular a participação do empresariado na cultura a partir do incentivo fiscal. Em troca do patrocínio em projetos culturais, as empresas têm seu imposto de renda reduzido.

A aplicabilidade destas leis se mostrou mais acentuada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), quando o crescimento dos investimentos em Cultura foi mais significativo. Segundo dados da Fundação João Pinheiro (1998), a alocação de renúncia fiscal disponibilizou, em 1997, a cifra significativa de R\$ 138,5 milhões se comparada com a de R\$ 589,2 mil de 1992.

Em 1994, a parcela do PIB para o setor cultural representou 0,8% (Fundação João Pinheiro, 1995). Neste mesmo ano, o Governo Federal investiu em cultura R\$ 213 milhões, ou seja, R\$ 1,38 por pessoa durante todo o ano.

Principalmente na gestão de FHC, as diretrizes para a cultura estavam baseadas num sistema de financiamento, cuja política central se calcava na redução do imposto das empresas. Ao invés da utilização de fundos públicos para o financiamento direto, a forma de utilização das leis de incentivo fiscal funcionava como repassadoras no numerário público para as empresas do setor privado, que por sua vez aplicavam os recursos de acordo com seus interesses.

Por outro lado, o repasse de verbas do Ministério da Cultura não sanava as desigualdades de investimentos existentes nos Estados. No ano de 1995, de R\$ 163,4 milhões, o Minc investiu R\$ 3,9 milhões na Bahia, enquanto que no Rio de Janeiro o total foi de R\$ 53,4 milhões. No mesmo ano, na região Nordeste somou os investimentos do Minc em R\$ 11,6 milhões, enquanto que no Sudeste o montante aplicado foi de R\$ 61 milhões.

Diante dos métodos de financiamento, surge uma grande problemática referente ao interesse público pela cultura. Mesmo que seja evidente o aumento de patrocínios empresariais motivados pelas leis de incentivo fiscal, este fato não garante a contemplação

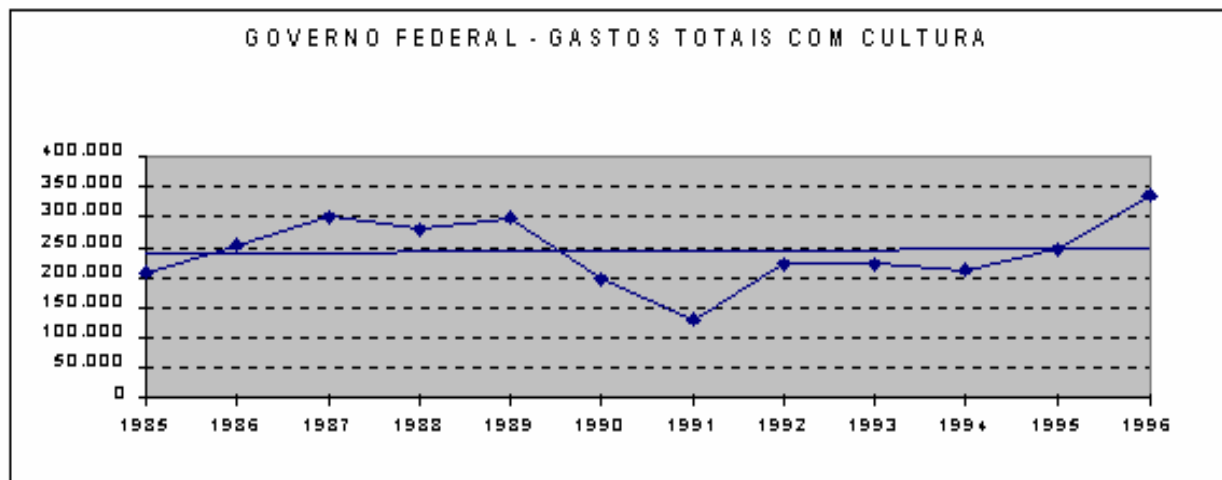


da diversidade das demandas do âmbito cultural de uma sociedade tão complexa, muito menos o acesso da população à produção e aos bens culturais.

PIB DA CULTURA EM COMPARAÇÃO COM O DE OUTRAS ÁREAS DA ECONOMIA EM 1994 (R\$ 1.000,00)

Atividades Seleccionadas	Valor Adicionado	Participação (%)
Instituições Financeiras	49.174.082	13,9
Administração Pública	46.845.669	13,3
Agropecuária	30.457.595	8,6
Construção	28.296.067	8,0
Serviços Industriais de Utilidade Pública	9.368.877	2,7
Ônibus, peças, acessórios e outros veículos	6.394.700	1,8
Elétrico e Eletrônico	5.125.344	1,5
Comunicações	4.504.798	1,3
Atividades Culturais	2.707.849	0,8
Outros	169.951.829	48,2
Total	352.826.810	100

Fonte: Fundação João Pinheiro



Fonte: Fundação João Pinheiro – www.integracao.fgvsp.br/BancoPesquisa/pesquisas



A Política Cultural na Esfera Estadual

Em meados da gestão de Lídice da Mata, as políticas culturais do Governo do Estado da Bahia assumem um teor vinculado à indústria cultural, lançando estratégias de atuação na cultura partindo do pressuposto de que o campo cultural é um fator de desenvolvimento econômico. A cultura, para as diretrizes assumidas pelo governo estadual, é *locus* de consumo. Assim, a política central para a cultura no plano estadual é voltada para o setor de serviços, claramente acoplada à atividade turística.

Esse modelo que transforma a cultura num espaço de consumo se evidencia a partir da criação da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia (SCT) em 1995, gerida por Paulo Gaudenzi até os dias atuais. Barbalho (2003, p.6) identifica a opção institucional da SCT como uma estratégia de trabalhar conjuntamente cultura/memória e turismo/lazer sob hegemonia do terceiro vetor – vetor dinâmico da economia contemporânea, voltada cada vez mais para o setor de serviços. Portanto, a finalidade da SCT é executar o apoio à cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do Estado e promover o desenvolvimento do turismo e do lazer (idem). O autor destaca ainda o teor mercadológico expresso pelas políticas estaduais em todo o setor da cultura. “O investimento no setor se justifica por seu retorno econômico” (ibdem, p.7).

Com o mesmo teor das políticas culturais federais, o Governo do Estado cria, já no final da gestão de Lídice (1996), a Lei Estadual de Incentivo à Cultura, a qual institui o Programa FAZCULTURA. Com este programa, é concedido o incentivo de isenção de no máximo 5% do valor do ICMS, a ser recolhido das empresas situadas no Estado da Bahia para que estas patrocinem projetos culturais. O valor de 5% referido não poderá exceder 80% do valor total do projeto a ser incentivado, já os 20% restante serão de recursos próprios da empresa patrocinadora. No entanto, devido ao momento e ao contexto político, o governo de Lídice da Mata não pôde contar com dispositivos legais do Estado para suas diretrizes no setor cultural.



Apesar do empreendimento estadual no setor cultural, em meados da gestão de Lídice em Salvador, e a sua conformação num espaço de consumo e de fortalecimento do setor de serviços, pode-se afirmar que houve, na gestão de Antônio Carlos Magalhães (1990-1994), uma secundarização da intervenção do Estado no âmbito cultural. Somente na gestão de Paulo Souto, com a criação da SCT e com a integração da BAHIATURSA (peça chave para a formulação das políticas culturais como fator de desenvolvimento econômico) na sua composição, em 1995, é que se pode vislumbrar ações do poder estadual na cultural do Estado, que basicamente foi de promoção de eventos e dinamização dos espaços culturais.

A Cultura na Gestão Lídice da Mata

O projeto político assumido pela prefeita Lídice da Mata para administração municipal visava a realização de ações integradas nas diversas dimensões da vida urbana (política, econômica, social e cultural), com o objetivo de promover o desenvolvimento local, reduzindo assim as “desigualdades sociais e econômicas, com ampliação da cidadania e melhoria da qualidade de vida da população”. Esta visão – apresentada sob a forma de um documento diretriz do mandato, chamado *Estratégia de Igualdade* – colocava a cultura como um instrumento que, em conjunto com outras áreas, ajudaria a alavancar o crescimento econômico da cidade e a redução das desigualdades.

Nas palavras da ex-prefeita,

“O desenvolvimento econômico torna-se cada vez mais indissociável do desenvolvimento social, cultural e político. A miséria e a exclusão são hoje incompatíveis com o desenvolvimento da economia (...) Esta cidade construirá um outro projeto de futuro, uma outra proposta de existência, que vincule o crescimento da economia à expansão do emprego e ao atendimento das necessidades e aspirações sociais em educação, saúde, moradia, saneamento, transporte, lazer, comunicação e cultura”. (PMS, 1993, p.16)



Embora o discurso e os primeiros passos desta gestão sinalizassem para uma administração preocupada com o desenvolvimento da cidade e a melhoria de vida da população, o que pôde ser verificado foi um distanciamento entre as tentativas de planejamento e as efetivas realizações. As adversidades do campo político vigente, o orçamento restrito e, em especial, a falta de um plano diretor fez com que as ações desenvolvidas no setor cultural fossem pontuais e restritas.

Em relação às tentativas de planejamento, foram elaborados, nos dois primeiros anos da gestão de Lídice, dois programas complementares que se propunham a estabelecer diretrizes para a atuação do governo nas suas diversas instâncias. O primeiro deles, o “Programa de Desenvolvimento e Ações Estratégicas” (PRODAE), de 1993, apresentava doze áreas prioritárias de realização de projetos e atividades voltadas para o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Entre as áreas, o campo da cultura foi apresentado vinculado ao turismo e à comunicação, sendo assim formulado: “VIII – Cultura, Comunicação e Turismo – correspondendo a ações para a preservação do patrimônio histórico e de identidade cultural do povo de Salvador e para o desenvolvimento do turismo, com ênfase especial às festas populares e ao carnaval”. (PMS, 1993, p.2).

Os Programas Estratégicos e as linhas definidas como prioritárias foram estabelecidas por uma comissão diretora composta pela prefeita, pelo presidente do Centro de Planejamento Municipal e pelos Secretários Municipais de Governo, Comunicação Social, da Fazenda e da Administração, cabendo aos outros órgãos e secretarias somente a implementação das atividades. Assim, a Fundação Gregório de Mattos, instituição oficialmente responsável pela formulação e implementação da política cultural do município, não participou da elaboração deste documento que apontava um direcionamento na concepção de cultura da gestão municipal.



O segundo programa, “Plano Estratégico da Administração Municipal”, de 1994, mais avançado e completo do que o anterior, apresentava diretrizes e prioridades de atuação do governo, bem como metas estabelecidas para as áreas de Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Administração e Coordenação Governamental.

Ao contrário do anterior, este Plano contou, inicialmente, com os projetos elaborados nas diversas Secretarias e Órgãos da Prefeitura, que depois foram revistos e integrados, apontando ações a serem desempenhadas. A diretriz estabelecida para o setor da cultura, inserido na área de Desenvolvimento Social, era o “fortalecimento da consciência cultural, da cidadania e do orgulho municipal”. As metas apresentadas, no entanto, foram bastante específicas e não deram conta da complexidade e diversidade da produção cultural de Salvador. Alguns exemplos do que foi apontado são a organização do arquivo histórico municipal, utilização da lei de incentivo, aumento da rede de bibliotecas, promoção de ações no “campo erudito e no popular”, instalação de equipamentos culturais em diversas localidades da cidade, recuperação e criação de centros de cultura e bibliotecas, entre outros.

Cabe ressaltar que nesse segundo programa, a cultura aparece também atrelada à dinâmica do fluxo turístico, com especial atenção para a conservação de acervos culturais que promovessem uma interação entre cultura, turismo e mercado. Assim, de acordo com o próprio plano estratégico,

“o desenvolvimento turístico de Salvador é entendido pela Prefeitura como a estratégia mais imediata e efetiva para promover a criação de postos de trabalho e para atrair recursos externos para a Cidade. Num processo de causação circular, a criação de empregos e a geração de renda, ao desacelerar e mesmo reverter o processo marginalizador de parte da população carente, estimula novos fluxos de turistas atraídos pela redução da violência e ampliação dos serviços prestados. Nesse processo, a preservação ambiental e cultural também é condição de sua continuidade e crescimento sustentado.” (PMS, 1994, p.28)



Estes programas, no entanto, não deram conta da dimensão estratégica e integrada a que deveriam se propor, como também não se efetivaram completamente. Em relação à área cultural, percebe-se que a visão de cultura aparece, por um lado, ligada ao turismo e às questões econômicas, e, por outro, vinculada à uma dimensão sócio-educacional. Neste sentido, a Fundação Gregório de Mattos não se apresenta como a principal instância de organização e orientação das ações culturais, e a sua atuação é potencializada ou não a depender do perfil do projeto cultural a ser desenvolvido.

Fundação Gregório de Mattos

A presidência da Fundação Gregório de Mattos foi ocupada pelo professor e pesquisador Cid Teixeira. Além de ser uma referência importante para a cultura soteropolitana, pelo conhecimento produzido sobre a historiografia local, a indicação do presidente parece também representar uma estratégia de visibilidade, devido à vinculação de Cid com o setor acadêmico/intelectual e à sua identificação como um gestor supostamente neutro, capaz de transitar nos vários setores sociais e de negociar com os diversos agentes ligados à promoção da cultura.

As prioridades de atuação assumidas foram a descentralização do acesso à cultura, através do incentivo às produções dos bairros de Salvador e de projetos realizados nestes locais com grupos artísticos reconhecidos, para promover a valorização da pluralidade de manifestações e expressões artísticas da cidade. Além destas prioridades, Teixeira anunciou o desejo de estreitar relação com a iniciativa privada, a exemplo da realização de campanhas de esclarecimento quanto à utilização das leis de incentivo vigentes. Além disto, fortalecer o setor editorial, com a publicação de textos históricos e literários de autores baianos e revitalizar espaços históricos e culturais da cidade também foram suas metas. (A Tarde, 1993).

Em documento feito para avaliação do primeiro ano da nova gestão da FGM, aparece a orientação que deveria conduzir as ações da entidade:



“A Fundação Gregório de Mattos tem a responsabilidade de promover e criar condições que favoreçam formas de afirmação e expressão cultural na Cidade do Salvador. Nesta cidade-plural, a filosofia de trabalho desta gestão estimula manifestações que ‘podem e devem ir de uma oriki para Oxossi ao coral de Beethoven’ (Fundação Gregório de Matos, 1993a)

A atuação da Fundação ficou, entretanto, aquém dos objetivos sinalizados. Embora fosse registrado um esforço, principalmente no primeiro ano de governo, de pensar a intervenção da Fundação na vida cultural de Salvador, através de ações como reuniões com produtores culturais e com a classe artística, a instituição não conseguiu elaborar uma política cultural para a cidade nem tão pouco realizar todas atividades e projetos propostos.

Grande parte das ações culturais encabeçadas pela FGM esteve relacionada à organização dos festejos populares e comemorações das datas cívicas e históricas (como o Aniversário da Cidade e as comemorações do 2 de julho - Independência da Bahia -, e de 7 de setembro). Além destas, foram também realizadas oficinas e dado apoio a pequenas atividades nos bairros populares, planos de recuperação e revitalização de espaços urbanos e históricos, e apoio à realização de eventos culturais em geral (exposições plásticas e fotográficas, lançamentos de livros etc).

Em relação aos equipamentos administrados pela FGM - Teatro Gregório de Mattos, Museu da Cidade, Casa do Benin (fruto de um acordo com a República africana do Benin, é um espaço dedicado à exposição de peças plásticas com a temática da cultura negra), Arquivo Público Municipal e Bibliotecas Edgar Santos e Denise Tavares – as intervenções foram em sua maioria pontuais e de promoção de eventos, apesar de algumas medidas de recuperação física e estruturação material e humana.



Nos relatórios de avaliação da FGM, são citados como resultados da atuação, aumento de apresentações teatrais e exposições, bem como de público no Teatro Gregório de Mattos³, transferência do Arquivo Público Municipal para a sede da Fundação com crescimento de mais de 30% de seu acervo, mudança no horário de atendimento no museu e nas bibliotecas municipais, acarretando aumento do número de freqüentadores, organização administrativa e melhoria na qualidade de atendimento como fruto da reestruturação da escala de trabalho e remanejamento de funcionários, entre outros. Não há registro, nos documentos consultados da Fundação, de apoio a peças teatrais, espetáculos de dança, nem de produção de vídeos.

A seguir são citados alguns dos projetos desenvolvidos sob a coordenação ou participação direta da FGM:

- *Reestruturação do Arquivo Municipal*- com aumento do acervo e implantação de uma filмотeca e de departamento de Documentação Musical (com recuperação de partituras históricas).

- *Projeto Cinema na Praça* – projeto já existente na gestão anterior, mas que estava desativado. Consistia na exibição de filmes no pátio do Teatro Gregório de Mattos, com prioridade para as obras baianas. Durante os anos de 1995 e 1996 foram exibidos 61 filmes, com a estimativa de público presente, no último ano, de 3.900 pessoas.

- *Projetos de revitalização das festas populares* – em parceria com os demais órgãos da Prefeitura, a FGM promoveu concursos, prêmios, investimento na decoração e na programação cultural, além de outras ações para a realização dos festejos.

³ O Relatório de Avaliação da Gerência de Promoção Cultural (1994) apontou que o público presente nos eventos do TGM aumentou de 2.089, no ano de 1992, para 14.277 no ano seguinte.



- *Projetos nas praças* – realização de shows musicais nas praças inauguradas ou reconstruídas pela Prefeitura, como o Largo de Santana e a Colina do Bonfim.

- *Projetos de 'Animação Comunitária'* - em parceria com as Administrações Regionais (espécie de conselhos de moradores dos bairros de Salvador que deveriam funcionar como instâncias representativas locais para aproximação do governo com as comunidades) foram realizadas e apoiadas atividades artísticas e culturais em alguns bairros da cidade. Parte das atividades foram desenvolvidas em conjunto com os Projetos da Fundação Cidade Mãe.

- *Projetos de Recuperação de sítios históricos* – elaboração de planos e celebração de convênios para a recuperação de casarões e prédios do patrimônio histórico da cidade. Apesar disto, não se teve registro de resultados significativos na efetivação das obras de recuperação do patrimônio histórico da cidade.

- *Apoio a projetos externos* - como a Jornada de Cinema da Bahia, Via Bahia Festival e Oficina Nacional de Dança Contemporânea.

Para a realização dos projetos, manutenção dos equipamentos e outras despesas administrativas e de pessoal, a Fundação contou, durante os quatro anos da gestão, com um dos orçamentos mais baixos entre os órgãos e secretarias municipais. No ano de 1994, por exemplo, o orçamento previsto para os projetos e atividades da FGM foi de CR\$ 92.526.000,00, o que significou 2,14% do orçamento global da Secretaria de Governo (CR\$ 4.350.632.000,00). Em comparação, foi previsto para a Emtursa – Empresa de Turismo de Salvador – o montante de CR\$ 476.804.000,00, o que corresponde um valor mais que cinco vezes superior do que o da FGM.

QUADRO COMPARATIVO ORÇAMENTO 1994		
ÓRGÃO	VALOR (CR\$) maio/93	%



SUCOM	2.598.790.000,00	59,70
SEGOV – Gabinete	634.220.000,00	14,60
EMTURSA	476.804.000,00	10,95
FMRSH	426.600.000,00	9,80
PRODASAL	102.592.000,00	2,30
FGM	92.526.000,00	2,14
FUMDES	19.100.000,00	0,45
TOTAL	4.350.632.000,00	100

Fonte: Relatório Anual Gerência de Promoção Cultural / Fundação Gregório de Mattos.

Em relação à qualificação do quadro pessoal da Fundação, o Relatório de Avaliação da Gerência de Promoção Cultural (1994) aponta, de forma genérica, que foram realizadas ações de capacitação de pessoal, como a participação em palestras e seminários e no Programa de Qualidade Total da Prefeitura (metodologia de treinamento para a otimizar os processos administrativos, desenvolvimento interpessoal e melhoria da qualidade dos serviços oferecidos). Não é explicitado, entretanto, que tipo de capacitação era oferecida, nem tão pouco o percentual de funcionários treinados.

Assim, a Fundação Gregório de Mattos, órgão que deveria ser o responsável pela formulação e implantação das políticas para a área cultural, teve uma atuação pontual e restrita, dividindo a responsabilidade do trato do campo cultural com outros setores da Prefeitura, especialmente a Empresa de Turismo de Salvador (Emtursa) e a Secretaria de Comunicação.

Emtursa

A tentativa de articulação entre cultura e turismo, fez com as muitas ações culturais da cidade fossem encaradas como potencial turístico e, portanto, alvo da atuação da Empresa de Turismo de Salvador – Emtursa.



Com a missão de planejar, executar e fomentar atividades turísticas locais, a EMTURSA, sociedade de economia mista, vinculada ao Gabinete do Prefeito, desenvolveu, de acordo com o relatório Turismo em Salvador (1993/1995), algumas atividades importantes para incrementar este setor:

- Criação do Conselho Municipal do Turismo (1994) – para fomentar a política municipal de turismo. Era formado por representantes do Poder Municipal e membros de entidades envolvidas no setor de turismo, indicados pelo Conselho Baiano de Turismo e pelo Executivo Municipal.
- Promoção e participação em congressos e feiras nacionais e internacionais para divulgação da cidade;
- Ações de planejamento e profissionalização do Carnaval;
- Qualificação profissional de prestadores de serviços turísticos em parceria com o SENAC;
- Participação nos projetos de revitalização de espaços urbanos.
- Implantação de postos de informações turísticas
- *Troféu Axé Turismo* – premiação para empresas e profissionais de destaque na promoção do turismo local.

A Emtursa tentou participar e/ou promover espaços para divulgação da cidade. Nestes, sempre que possível, havia a apresentação do *Grupo Folclórico de Salvador*, que estava vinculado à instituição. O *Grupo Folclórico* tinha um forte apelo turístico, com elementos cênicos que se pautavam, principalmente, nas tradições e religiosidade africanas. A utilização, aliás, de símbolos associados à ‘baianidade’⁴, como o mito da cordialidade, da alegria e da festa constantes, e reinterpretações de signos da cultura africana eram recorrentes em várias ações desenvolvidas pela Prefeitura. O trecho abaixo aponta para esta visão que orientava a atuação governamental na articulação entre cultura e turismo:

⁴ Para maior esclarecimento sobre Baianidade ver MOURA, Milton. Carnaval e baianidade. Arestas e curvas na coreografia de identidades do carnaval de Salvador. Salvador, Facom – UFBA, 2001 (tese de doutoramento)



“Salvador ostenta uma cultura popular única no país e no mundo. As festas populares, o Carnaval, o sincretismo religioso, a herança afro (...) a culinária, o folclore, a espontaneidade e a hospitalidade do baiano formam cenário para a pujança cultural da cidade, traduzida na forte criatividade artística, erudita e popular (...) consagrando Salvador como pólo cultural sem paralelo. (...) Todo este conjunto de diferenciais configura uma constatação eloqüente: **a vocação definitiva de Salvador para o turismo** [grifo do autor]. As possibilidades econômicas e sociais derivadas da exploração desses potenciais representam um segundo ‘presente dos santos e orixás’, além do que já nos foi dado na forma dos recursos ambientais e histórico-culturais que enriquecem a cidade.” (Turismo em Salvador, 1995, p.2)

Não foi encontrado nenhum documento de análise mais profunda dos reais impactos da atividade turística para Salvador na gestão Lídice em comparação com gestões anteriores. Em estudo feito pela Emtursa, foi apresentado, no entanto, alguns números referentes, principalmente, ao ano de 1994: visita de 1,2 milhão de turistas (com previsão de crescimento de 10 a 15% ao ano) e arrecadação municipal de ICMS e ISS em torno de 9,37% do total obtida pela Prefeitura. Além disso, a estimativa de geração de 40 mil empregos diretos e 220 mil indiretos na área turística. (Emtursa, 1995, p. 3)

Principais ações culturais da gestão Lídice

Lei Alfaya

A *Lei do Incentivo à Cultura de Salvador* (nº 4.280/90), também conhecida como *Lei Alfaya*, em referência ao sobrenome do seu autor, o vereador Javier Alfaya, foi alterada (lei nº 4.776/93) e regulamentada (decreto nº 10.436/93), passando a vigorar a partir do ano de 1994, por obediência ao exercício fiscal.

A Lei Alfaya, assim como o FAZCULTURA, era um mecanismo de incentivo fiscal, que se destinava a apoiar projetos nas diversas áreas culturais. Através deste, o investidor – contribuinte incentivador que objetivava retorno financeiro do projeto - ou o patrocinador – contribuinte com interesse promocional ou de retorno institucional - ao apoiar ações culturais inscritas na Lei poderia abater o incentivo do Imposto Sobre Serviços (ISS) ou



Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Os valores de abatimento eram de 10% para patrocínio e de 7% para investimento.

Os projetos eram analisados a cada três meses por uma Comissão Mista vinculada à Fundação Gregório de Mattos, composta por sete membros - dois representantes do poder executivo municipal (um deles o presidente da FGM) e os demais de entidades e instituições culturais, escolhidos pela Prefeita e com exercício de um ano. Em 1994, por exemplo, compuseram a Comissão Mista, Arani Santana, da Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Ayê, Eugênio Lins, da Fundação Emílio Odebrecht, Florisvaldo Matos, da Associação Bahiana de Imprensa, Osmar Gonçalves, do Instituto Pensar e Paulo Lima, da Universidade Federal da Bahia, além do próprio Cid Teixeira e Ana Beatriz Galvão, técnica da FGM.

Não foram encontrados nenhum registro de avaliação da execução da Lei, nem a listagem dos projetos aprovados. Outro dado importante que também não se verificou, e que poderia estabelecer um diagnóstico do real impacto da execução da Lei, foi o resultado das investidas de captação de recursos dos produtores em relação às empresas, após a obtenção de certificado de incentivo. É sabido, através de relatos de artistas e produtores da época, que havia um desconhecimento e até resistência por parte da iniciativa privada em utilizar mecanismo de renúncia fiscal. Neste sentido, a FGM realizou alguns eventos de sensibilização da categoria, mas que não tiveram tanto alcance nem representatividade.

Ainda assim, com a inserção desta lei no campo da produção cultural, ainda que de forma tímida e embrionária, Salvador deu o primeiro passo rumo à nova lógica de participação privada no financiamento da cultura, que estava se formando e crescendo no país. A vigência da Lei Alfaya foi curta, sendo desativado logo na gestão seguinte.

Carnaval



O Carnaval foi considerado, nas palavras da prefeita, como o “carro-chefe” do seu governo, “um elemento estratégico de nossa economia urbana e o momento maior da participação cultural do nosso povo” (PMS, 1994, p. 10), e por isso teve atenção especial durante toda a gestão, com a elaboração de planos e participação intersetorial dos órgãos da administração municipal na organização da festa.

As medidas tomadas foram seguidas de um discurso de profissionalização e expansão da dimensão comercial e turística da festa. Para tal propósito, buscou-se estabelecer uma estrutura administrativa e humana só para cuidar dos festejos do momo: instalação da Casa do Carnaval e da Comissão Especial do Carnaval (ambas no ano de 1993) para organizar o evento. Foram executados planos de comercialização, divulgação e captação de recursos, sendo realizadas investidas na iniciativa privada para obter recursos e parcerias.

A Comissão Especial do Carnaval, vinculada ao Gabinete do Prefeito e formada por nove representantes da administração municipal, teve a finalidade de discutir e deliberar junto ao Conselho Municipal do Carnaval e a Coordenação Executiva sobre assuntos que demandassem a decisão da administração municipal. Destas, destacam-se as investidas para o aumento da participação da iniciativa privada nos festejos. (Diário Oficial do Município, s/d, p. 12)

Já a Casa do Carnaval, era dotada de um corpo técnico multidisciplinar dedicado exclusivamente ao planejamento, organização e operacionalização do evento. À Casa do Carnaval competiam atividades de “licitações, contratações, logística, programação artístico-musical, pessoal operacional, mídia, articulações com empresas concessionárias, abrigando além do seu núcleo técnico, a Comissão Especial do Carnaval, o Conselho Municipal (formado por diferentes agentes envolvidos com a festa, como artistas e



empresários) e a Coordenação Executiva do Carnaval”. (MIGUEZ⁵ apud LIMA, 1999, p.81)

Aliada ao discurso de “moralização” e profissionalização do Carnaval, a Prefeitura realizou uma série de licitações para a contratação de serviços (como iluminação, montagem e comercialização de espaços) e concursos para seleção de músicos e projetos de decoração do Carnaval. Além disso, estabeleceu decretos de regulamentação do uso da propaganda publicitária e da construção de camorotes.

Nesta perspectiva, a incorporação da iniciativa privada, quer em investimentos diretos na infra-estrutura da festa, quer na compra de cotas de patrocínio e de *merchandising*, era uma das metas principais da Prefeitura. Apesar do chamado “boicote das cervejarias”, as quais praticamente não investiram na compra de espaços públicos para a propaganda no ano de 1996, a participação das empresas privadas no Carnaval cresceu significativamente – com a arrecadação da Prefeitura de cerca de R\$ 2,5 milhões em 1994⁶ (o ano mais significativo), só em relação à venda de espaços publicitários.

A Emtursa, além de coordenar a gestão do Carnaval, realizou uma série de atividades de atração e receptividade turística, valendo-se, como já citado, de elementos da simbólica identidade baiana, para reforçar características de hospitalidade e alegria do povo local.

As palavras da Presidente da Emtursa, Emília Silva, revelam esta perspectiva:

“Acho que, além da riqueza da cultura negra, temos também a divulgação da Bahia feita por Jorge Amado em nível internacional e nunca mensurada. Em paralelo, temos uma riqueza musical que agrada a “gregos e troianos”. Além disso, a nossa capital tem magia e mistérios que são reproduzidos pelas

⁵ OLIVEIRA, Paulo César Miguez de. Carnaval Baiano: as Tramas da Alegria e a Tese de Negócios. Dissertação (Mestrado) –Escola de Administração, Universidade federal da Bahia. Salvador, 1996.

⁶ Dado emitido pelo ex Assessor –Chefe de Marketing da Emtursa, Luiz Costa à revista Bahia Análise &Dados, v.5, p.10, mar/96.



peças que lhe visitam. Salvador é uma cidade que tem astral, é bonita, leve, soft, é ‘pra cima’. As pessoas sentem isso. Neste contexto, nós temos um produto que é único no Brasil, neste momento”. (Bahia Análise & Dados, 1993)

A utilização de elementos relacionados à presença e herança da religiosidade africana causou, inclusive, um problema na organização do carnaval do ano de 1993. A decoração e o tema da festa, “Salvador, Terra dos Orixás”, foram questionados pelo Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira (Intecab), que impetrou uma ação na justiça solicitando a troca da temática, sob a justificativa de utilização indevida e “oportunista” de conteúdos sagrados do culto africano. O resultado deste impasse, que causou polêmica e ganhou espaço na mídia, foi a manutenção do tema, mas com mudanças nas peças decorativas, que não deveriam trazer alusão explícita aos símbolos e entidades do candomblé. (Diário Oficial do Município, 1993b, p.14)

Além da reativação do circuito do Pelourinho em 93, com a incorporação de programação musical em alguns pontos deste trecho, a prefeitura implantou palcos em cerca de 23 bairros populares da cidade, realizando a chamada “filosofia de descentralização” da festa.

Esta ação foi uma das quais a Fundação Gregório de Mattos esteve diretamente envolvida, mas em conjunto com outros setores da Prefeitura. A FGM participou da gestão do carnaval, mas com ações pontuais, como apontou em entrevista, o ex-gerente de Promoção Cultural da instituição, Albérico Correia:

“No carnaval a FGM era mais parceira do que executiva, porque tinha a Casa do Carnaval, que era responsável pela execução do carnaval, mas tinha toda a estrutura da FGM e a sua tradição de órgão executivo cultural que ajudava a viabilizar montagem de palco, elaboração de pautas para o período do Carnaval, coordenou o concurso público de seleção de bandas para o carnaval, que foi uma ação inovadora do governo, na medida em que democratizou o acesso ao palco de vários artistas que não tinham possibilidade em função dos critérios de escolha.”
(Entrevista, 2005)



Eventos e acordos nacionais e internacionais

Desde o primeiro ano de governo, a Prefeitura realizou e participou de uma série de eventos nacionais e internacionais, com o intuito de atrair investimentos para a cidade, incrementar o turismo e fortalecer a imagem institucional do governo. Alguns exemplos de participação: na criação da Organização das Cidades do Patrimônio Mundial, no Marrocos/1993; Missão dos Dirigentes Públicos na Universidade de Washington/93; Assembléia da Constituição do Centro-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU), Barcelona/93; Coordenação da Frente Nacional de Prefeitos/1995; Confederacion de Organizaciones Turísticas de La América Latina, Uruguai/96; XVII reunião Especial em Turismo do Mercosul, Assunção e Portugal/1996, etc. (Lima, 1995). Os órgãos que participaram mais diretamente destes eventos foram o Gabinete da Prefeita, a Secretaria de Comunicação e a Emtursa.

Através destas ações, inseridas na chamada estratégia de “retomada da dimensão histórica de Salvador nos planos nacional e internacional” (PMS, 1995, p.5), foram estabelecidos contatos, articulações e acordos com diversas instituições.

“Os benefícios auferidos por meio desses encontros se davam pela firmação de diversos tipos de acordos e cooperações técnicas, científicas, sociais e financeiras entre as cidades. Os recursos financeiros assim obtidos eram geralmente canalizados para a conservação, limpeza e recuperação física da cidade, especialmente de suas áreas históricas e turísticas, além daqueles recursos diretamente vinculados à área social.” (LIMA, 1999, p. 95)

Em 1993, Salvador foi sede da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Cumbre). Este encontro, que reuniu cerca de 5 mil pessoas (PMS, diário, 14 a 19 de julho de 93), entre chefes e representantes de Governo, empresários, jornalistas e visitantes de diversas nacionalidades, foi de grande importância para o estabelecimento de acordos de cooperação internacional.



Para a realização deste encontro, a Prefeitura fez interferências em alguns pontos da cidade, realizando obras de urbanização/recuperação de espaços urbanos, revitalização e inauguração de pontos turísticos – a exemplo da construção de duas praças e intervenções no Elevador Lacerda, no Forte São Marcelo e Mercado Modelo. Estas intervenções tinham o objetivo de mostrar uma cidade mais atrativa no sentido do turismo, o que foi apontado pela prefeita como ações que resultariam numa imagem de cidade “bela, iluminada e digna aos olhos dos ilustres visitantes do Ibero América” (PMS, 1995, p.6), Além disso, foram valorizadas e apresentadas, na agenda cultural do evento, manifestações culturais ligadas à africanidade e ao folclore local.

Decorrentes ou não das articulações no Cumbre, foram assinados acordos de irmandade e cooperação técnica com diversas instituições e países do mundo. Muitos deles tinham o caráter cultural, com a previsão de intercâmbios culturais, apresentações artísticas e apoio na recuperação do patrimônio histórico. São exemplos: Cooperação Técnica entre as Prefeituras de Salvador e Lisboa – com previsão de intervenções nas áreas de planejamento estratégico urbano, recuperação do patrimônio histórico e intercâmbios artísticos e culturais; reativação do acordo cultural com o Benin – que mantém em Salvador um espaço cultural dedicado a eventos e exposições da cultura negra; com a UNESCO – que tombou o acervo arquitetônico de Salvador como patrimônio da humanidade e financiou alguns projetos de restauração; e no Brasil: parceria com o Ministério da Cultura – a exemplo da recuperação de três casões históricos localizados no Centro Histórico e de obras de preservação de quatro terreiros de candomblé representativos na cidade; e com o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) – que liberou de R\$3,3 milhões de reais (Diário Oficial do Município, s/d, p. 12) para a recuperação de imóveis no Pelourinho e adjacências.

Além destes, a Prefeitura assinou um Convênio de Cooperação Técnica Científica e Cultural com a Universidade Federal da Bahia com objetivo de promover o “desenvolvimento de estudos, pesquisas aplicadas e outras ações de natureza científica e



cultural, com vistas à solução de questões relacionadas com a realidade da Cidade”.(PMS, Planejamento estratégico, pg 45 1994). Não conseguimos encontrar, no entanto, ocumentos que comprovem a realização dos projetos de parceria.

Fundação Cidade Mãe

A Fundação Cidade Mãe foi o projeto da Prefeitura com maior destaque nacional e internacional. De cunho sócio-educativo, foi implementado em 93 como Programa Estratégico, sendo transformado no ano de 1995 em Fundação. Tinha a finalidade de “formular e executar políticas supletivas de atendimento a crianças e adolescentes, contribuindo para a redução das desigualdades sociais do Município” (Diário Oficial do Município, 1995).

Embora não tivesse um caráter eminentemente cultural, a Fundação Cidade Mãe realizava formações e algumas ações culturais que contavam, pontualmente, com a participação da FGM. O que se pôde observar é que a FGM esteve presente muito mais como convidada para a realização de palestras e exposições para as crianças e adolescentes atendidos no Programa.

Assim, eram oferecidas atividades educativas, profissionalizantes, culturais e de promoção da cidadania para as crianças e jovens de baixa renda e adolescentes infratores. Além da tentativa de inserção da família no processo, através de reuniões e atividades de acompanhamento. Com ênfase nas questões de cidadania, eram trabalhados conteúdos interdisciplinares e amplos, como identidade cultural, consciência política, ralações sociais, adolescência e sexualidade etc. (Pinho; Santana; Cerqueira, 1997)

A estrutura para o desenvolvimento do trabalho do Cidade-Mãe é constituída de um Conselho Curador, de um Núcleo Central, de unidades descentralizadas, compostas de empresas educativas e casas de acolhimento, além de espaços cedidos pelas entidades parceiras. As empresas educativas e unidades parceiras são espaços voltados para a



realização de cursos de iniciação profissional, atividades de iniciação artística, esporte, lazer, promoção da vida e saúde e outras de caráter sócio-educativo e de formação, abordando temas contemporâneos.

A Fundação tornou-se referência de atendimento a crianças e adolescentes, com o cumprimento de ações de garantia dos direitos deste público. Com isso, a Prefeitura obteve apoios e reconhecimento de organismos internacionais.

Conclusão

Embora a Prefeitura tivesse demonstrado uma preocupação com o desenvolvimento da cidade e da sua população e tivesse até iniciado a elaboração de planos e programas de atuação governamental no município, esta postura não se concretizou plenamente e as intervenções políticas no campo da cultura tiveram um caráter bem mais pontual.

Em relação à FGM, observou-se que este órgão não exerceu o papel de coordenação dos processos de formulação e implementação das diretrizes de atuação cultural, concentrando a sua prática, principalmente, nas respostas às demandas do calendário da cidade: datas cívicas, eventos estabelecidos, carnaval etc., e na manutenção dos equipamentos culturais responsáveis.

Segundo a Lídice da Mata, o objetivo era que a FGM trabalhasse em conjunto com outros órgãos da Prefeitura e que pudessem, de forma integrada pensar a cidade, sobre o viés da cultura. Para Lídice,

“a FGM não podia estar apenas vinculada a fazer uma política cultural, ela tinha que estar se relacionando com a Secretaria de Comunicação, com a visão de comunicação sobre a cidade, com a Emtursa, com a visão também do turismo para a cidade, um turismo cultural.(...) Era preciso pensar a cultura com uma visão mais de transversalidade no conjunto da administração. Nós fizemos mais do que [a Prefeitura] a ação da FGM, que deve ser, como foi, um braço executivo da



realização da produção cultural da cidade. Um dos braços, como a Emtursa também era, por exemplo”. (Entrevista, 2005)

Esta articulação a que se referiu Lídice pareceu, no entanto, ter conseqüências distintas de uma atuação integrada a que ela se referia. Percebe-se, do contrário, um certo esvaziamento naquilo que seria o seu papel, de coordenar a gestão ações culturais, e até falta de autonomia na coordenação de alguns processos culturais, com a necessidade de subordinação de muitos projetos ao Gabinete da Prefeita e à Secretaria de Comunicação.

A própria Gerente de Promoção Cultural da FGM (durante o primeiro ano da gestão Lídice), Célia Bandeira, faz uma avaliação da atuação desta, sinalizando algumas das falhas já apontadas no texto:

“a FGM não tinha este papel de gestora cultural porque não existia o projeto a ser gestado. A FGM cumpriu o papel, abriu suas portas, espaços, criou ações, comemorou datas importantes, como o 2 de julho (fazendo concursos de decoração das casas, a gente passava para a cidade toda a história do 2 de julho, o significado do caboclo). Em alguns momentos a FGM teve o papel de valorizar, evidenciar a identidade, mas isso não foi uma coisa permanente, era pontual. Fez eventos. Tentou participar dos eventos gerais da cidade”. (Entrevista, 2005)

Assim, o discurso de desenvolvimento local apresentado pela Prefeitura, que inseria a cultura enquanto instrumento de crescimento da cidade, não foi acompanhado da elaboração de um plano diretor amplo e estratégico de atuação governamental no município nem tão pouco foi delineada uma política cultural orgânica e consistente, que, na prática, desse conta da diversidade e identidade cultural de Salvador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLUMM, Márcia Helena Neiva. *Autonomia Política Local: as relações entre o Poder Executivo de Salvador e o Congresso Nacional, 1993-1996*. Salvador, 1999. Dissertação (Mestrado), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.
- CESNIK, F. de; BELTRAME, P. A. *Políticas Culturais*. In: Globalização da cultura. São Paulo, Ed. Marole, 2004.



- CODES, A. L; LOIOLA, E; MOURA, S. *Perspectivas da gestão Local do Desenvolvimento: as Experiências de Salvador e Porto Alegre*. Disponível em <http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Desenanpur.html>.... Acesso em ... agosto de 2004.
- DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. *Imóveis tombados serão recuperados*. Salvador, s/d.
- _____. *Criada comissão especial para o próximo Carnaval*. Salvador, s/d.
- _____. *Cid buscará a descentralização cultural*. Salvador, 1993a, p. 16
- _____. *Decoração com Orixá será discutida pela Prefeitura*. Salvador, 1993b, p.16
- _____. *Emtursa dá a partida para o Carnaval de 94*. Salvador, 1994, p. 14
- _____. *decreto 11.140, 29 setembro de 1995 Aprova o estatuto da FGM*. PMS, Salvador, 1995
- _____. *Parque Atlântico vai ser entregue no Verão de 97*. Salvador, 1996, p.1
- EMTURSA. *Turismo em Salvador – 1993-1995*. Salvador, 1995.
- FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. *Relatório de Atividades 1993*. Salvador, 1993a.
- _____. *Incentivo à Cultura – Manual*. Salvador, 1993b.
- GOTTSCHALL, C; SANTANA, M; *Carnaval 1993- o Axé da Vitória*. Bahia Análise & Dados. Salvador, março, 1993. Turismo.
- LIMA, Ana Luiza Machado de Codes. *Gestão local do desenvolvimento econômico de Salvador: o Governo Lídice da Mata – 1993-1996*. Salvador, 1999. Dissertação (Mestrado), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.
- MACHADO, Suza. *Cid Teixeira revela metas da FGM*. A TARDE, Salvador, 20 jan, 1993. Caderno 2.
- MATA, Lídice da. *A experiência da Prefeitura de Salvador (PSDB)*. In: LESBAUPIN, Ivo (org) *Prefeituras do Povo e para o Povo: Angra dos reis, Belo Horizonte, Campinas, Diadema, Porto Alegre, Recife, Salvador, Santos, São Paulo (1989-1942)*. São Paulo: Loyola, p. 167-179, 1996.
- PINHO, J.G. de; SANTANA, M. W; CERQUEIRA, S. B. *Gestão pública em busca de Cidadania: Experiências de inovação em Salvador*. Salvador, 1997. Disponível em http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2005.pdf. Acesso em 04 de setembro de 2004.
- PMS – Prefeitura Municipal de Salvador. *A Estratégia da Igualdade*. Discurso de posse e Mensagem da Prefeita à Câmara de Vereadores. Salvador, 1993.
- _____. *Plano Estratégico da Administração Municipal*. Salvador, 1994a
- _____. *Um ano de Governo. Primeiros Resultados da estratégia de Igualdade*. Mensagem da Prefeita à Câmara de Vereadores. Salvador, 1994b.



- _____. *Dois anos de Governo...* Mensagem da Prefeita à Câmara de Vereadores, Salvador, 1995.
- _____. *3 anos de Governo: a Estratégia da Igualdade Rumo ao século XXI.* Mensagem da Prefeita à Câmara de Vereadores. Salvador, 1996.
- SALVADOR. Decreto n.10.077, de 05 de abril de 1993. Institui o Programa de Desenvolvimento e Ações Estratégicas e dá outras providências. **Diário Oficial do Município.** Salvador, p.2, 06 de abril de 1993.

BIBLIOGRAFIA

- BLUMM, Márcia Helena Neiva. *Autonomia Política Local: as relações entre o Poder Executivo de Salvador e o Congresso Nacional, 1993-1996.* Salvador, 1999. Dissertação (Mestrado), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.
- CESNIK, F. de; BELTRAME, P. A. *Políticas Culturais.* In: Globalização da cultura. São Paulo, Ed. Marole, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia.* São Paulo: Cortez, 1989.
- CODES, A. L; LOIOLA, E; MOURA, S. *Perspectivas da gestão Local do Desenvolvimento: as Experiências de Salvador e Porto Alegre.* Disponível em <http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Desenanpur.html>.... Acesso em ... agosto de 2004.
- DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. *Imóveis tombados serão recuperados.* Salvador, s/d.
- _____. *Criada comissão especial para o próximo Carnaval.* Salvador, s/d.
- _____. *Cid buscará a descentralização cultural.* Salvador, 1993a, p. 16
- _____. *Decoração com Orixá será discutida pela Prefeitura.* Salvador, 1993b, p.16
- _____. *Emtursa dá a partida para o Carnaval de 94.* Salvador, 1994, p. 14
- _____. *decreto 11.140, 29 setembro de 1995 Aprova o estatuto da FGM.* PMS, Salvador, 1995
- _____. *Parque Atlântico vai ser entregue no Verão de 97.* Salvador, 1996, p.1
- EMTURSA. *Turismo em Salvador – 1993-1995.* Salvador, 1995.
- FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. *Relatório de Atividades 1993.* Salvador, 1993a.
- _____. *Incentivo à Cultura – Manual.* Salvador, 1993b.
- GOTTSCHALL, C; SANTANA, M; *Carnaval 1993- o Axé da Vitória.* Bahia Análise & Dados. Salvador, março, 1993. Turismo.
- LIMA, Ana Luiza Machado de Codes. *Gestão local do desenvolvimento econômico de Salvador: o Governo Lídice da Mata – 1993-1996.* Salvador, 1999. Dissertação (Mestrado), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.



- MACHADO, Suza. *Cid Teixeira revela metas da FGM*. A TARDE, Salvador, 20 jan, 1993. Caderno 2.
- MATA, Lídice da. *A experiência da Prefeitura de Salvador (PSDB)*. In: LESBAUPIN, Ivo (org) *Prefeituras do Povo e para o Povo: Angra dos reis, Belo Horizonte, Campinas, Diadema, Porto Alegre, Recife, Salvador, Santos, São Paulo (1989-1942)*. São Paulo: Loyola, p. 167-179, 1996.
- PINHO, J.G. de; SANTANA, M. W; CERQUEIRA, S. B. *Gestão pública em busca de Cidadania: Experiências de inovação em Salvador*. Salvador, 1997. Disponível em http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2005.pdf. Acesso em 04 de setembro de 2004.
- PMS – Prefeitura Municipal de Salvador. *A Estratégia da Igualdade*. Discurso de posse e Mensagem da Prefeita à Câmara de Vereadores. Salvador, 1993.
- _____. *Plano Estratégico da Administração Municipal*. Salvador, 1994a
- _____. *Um ano de Governo. Primeiros Resultados da estratégia de Igualdade*. Mensagem da Prefeita à Câmara de Vereadores. Salvador, 1994b.
- _____. *Dois anos de Governo...* Mensagem da Prefeita à Câmara de Vereadores, Salvador, 1995.
- _____. *3 anos de Governo: a Estratégia da Igualdade Rumo ao século XXI*. Mensagem da Prefeita à Câmara de Vereadores. Salvador, 1996.
- SALVADOR. Decreto n.10.077, de 05 de abril de 1993. Institui o Programa de Desenvolvimento e Ações Estratégicas e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Salvador, p.2, 06 de abril de 1993.

